

Editorial

Em julho de 2020 foi proposta pelo Centro de Investigação (ICPOL) do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) e quase de imediato aprovada pelo Conselho Científico do ISCPSI, a criação de uma nova publicação a designar por Anuário de Ciências Policiais. Ei-lo!

O Anuário de Ciências Policiais de 2019 | 2020 é agora dado à estampa e tem como principal objetivo a divulgação do trabalho científico levado a cabo, em cada ano letivo, pela comunidade dos estudantes dos Mestrados Integrado e não Integrado, pelos seus Orientadores e Coorientadores, mas que envolve ainda Arguentes, Presidentes de Júri, a Direção de Ensino e todos aqueles (inquiridos, entrevistados, especialistas recorridos) que contribuem para a produção anual de várias dezenas de títulos de dissertação de Mestrado, com destaque para a Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública (PSP), *data provider* de muitas dissertações. Neste ano letivo de 2019 | 2020 foram 40 os títulos produzidos.

Esta divulgação pareceu justificar-se por três importantes motivos. O primeiro prende-se com a escassez de trabalhos produzidos e divulgados em Portugal sob a égide alargada da área científica das Ciências Policiais, nas suas múltiplas combinações com outras áreas científicas, com destaque para a Ciência Jurídica, Criminologia, Sociologia, Psicologia Social, Gestão. Neste sentido, não se enxergavam justificações para que este esforço, anualmente atualizado, não fosse objeto de uma divulgação para fora de portas do ISCPSI, incluindo junto da Instituição PSP, que em muito pode beneficiar das reflexões empreendidas por estes finalistas dos Cursos de Mestrado lecionados no Instituto, até porque muitos dos trabalhos versam diretamente matéria que pode empoderar a prática policial no terreno.

O segundo motivo decorre da oportunidade e necessidade de aproximar dois «mundos». Referimo-nos ao «mundo da investigação», dos projetos nacionais e internacionais, dos webinários, das conferências e das publicações científicas, cuja responsabilidade de desenvolvimento cabe estatutariamente ao ICPOL, e o «mundo das dissertações» em fileira, decorrentes da conclusão dos Mestrados. Os pontos de contacto entre estes dois mundos de produção científica são necessários porque se podem influenciar reciprocamente. A publicação anual de trabalhos realizados sob a tutela da Direção de Ensino do ISCPSI procura afirmar que neste Instituto policial de ensino superior universitário se privilegiam estas duas vias para fazer progredir as Ciências Policiais e outras ciências. A visibilidade de ambas poderá, assim o esperamos, aproximá-las, fazendo, a título de exemplo, que muitos dos nossos estudantes se venham a interessar por uma prática de investigação mais aprofundada, e que a agenda de investigação do ICPOL os seduza na progressão dos seus esforços de investigação futuros.

O terceiro motivo de algum modo decorre do segundo, mas merece ser destacado. Trata-se da importância de aproximar agendas de temas e problemas de investigação, procurando definir prioridades, que podem muito bem ser comuns, partilhando recursos e estratégias, resultados e recomendações para trabalhos futuros. A iniciativa *Open Day* da Ciência no ISCPSI, que concomitantemente com o aparecimento deste Anuário teve este ano, pela primeira vez, lugar neste Instituto, e com a qual se pretende sensibilizar alunos (aprendizes de investigação) e investigadores (profissionais, ligados ao ICPOL), para esses temas e problemas comuns, é algo que vem ao encontro deste motivo, sentido como necessidade.

O processo de seleção dos trabalhos foi coadjuvado pela Direção de Ensino e pelos Orientadores que responderam ao repto de sinalizar dissertações de elevado mérito. Nas próximas edições esperamos uma competição ainda mais forte, com vários trabalhos nomeados para publicação. A autoproposição não está, de

momento, prevista. Importa esclarecer que não são reproduções integrais das dissertações apresentadas aos respetivos Júris. O trabalho editorial e a revisão científica efetuados cuidaram de evitar transformar estes artigos em miniaturas das versões originais. Estas versões integrais, como todas as dissertações apresentadas no ISCP SI, nomeadamente das que constam na Listagem no final deste Anuário, podem ser consultadas no seu Repositório Comum (em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/6300>).

Resta apresentar cada um dos quatro artigos.

Catarina Cardoso Monteiro contribuiu para este Anuário com um artigo intitulado: «Crise de Autoridade? Estudo das ocorrências de resistência e coação sobre funcionário», no qual analisa a problemática da crescente desinstitucionalização e desregulação da vida em sociedade, mormente ao nível das repercussões verificadas no exercício do poder de autoridade por parte das forças de segurança, enquanto instrumentos de controlo social formal e informal do Estado, com especial destaque do crime de resistência e coação sobre funcionário. Procurando deslindar a existência de um padrão que consinta antecipar e proceder sobre este dilema social, a autora desenvolveu uma análise tripartida – macro, meso e microssistémica – e concertou propensões estatísticas com a análise documental que lhe possibilitaram observar a existência de diversidades, sobretudo nas extensões geográficas, sociodemográficas, comportamentais e situacionais, que revelaram um conjunto de padrões transgressores associados a perfis sociais, de índole transversal ao território nacional.

Seguidamente, Gonçalo Manuel Quinteiro Rodrigues pela letra do artigo «Revistas de Prevenção e Segurança Intrusivas: Competência Policial Inalienável?», centrou a sua análise nas transformações legislativas que transmitiram, por via normativa, a incumbência de realização de revistas intrusivas a entidades privadas, no arco do controlo de acesso a recintos desportivos, ao mesmo tempo que conferiram à Polícia um papel de supervisão sobreveniente. Abraçando a triplicação do prisma analítico – legal, jurisprudencial e doutrinário – da interrogação de partida, o investigador realizou entrevistas a uma amostragem de especialistas, suficientemente representativa, com vista a desenlear a verificação do cumprimento dos requisitos exigidos pelo ordenamento jurídico-constitucional português nesta transferência da alçada das revistas de prevenção e segurança intrusivas aos assistentes de recinto desportivo e, concomitantemente, sobre o papel acolhido para as forças de segurança.

Através do estudo intitulado «Identificação de suspeitos e consequências jurídicas da recusa – Abordagem aos procedimentos policiais no Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa», da lavra de Ruben Miguel Filipe da Silva, afluem-se as problemáticas axifugas da medida cautelar e de polícia de identificação de suspeitos da prática de crime, máxime em termos das omissões normativas relativas às consequências jurídicas que impendem sobre um suspeito da prática de crime que se recuse a se identificar. Analisando as complexidades e controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais, apontou a cominação pelo crime de desobediência como o procedimento policial mais adequado àquela conduta, apesar de contestada. Na sucessão da análise dos resultados de um inquérito aplicado nas esquadras de competência territorial do Comando Metropolitano de Polícia de Lisboa, o autor sublinhou que a condução ao posto policial mais próximo e retenção pelo tempo estritamente indispensável à identificação, até seis horas, consiste na prática operacional mais frequente, podendo, todavia, assumir contornos distintos nas situações mais pleiteantes de falta de colaboração. Desfecha com a pertinência de reformulação da norma habilitante, de modo a configurar uma fórmula definitiva e pragmática nas situações de recusa de identificação e de condução à Esquadra para fins de identificação.

Por fim, epilógamos com a investigação cognominada «A venda de falsos estupefacientes e substâncias psicotrópicas: a qualificação jurídico-penal». João Diogo Mendes Domingues transportou-nos para o domínio de análise do fenómeno da venda de substâncias lícitas como se de produto estupefaciente se tratasse, uma realidade comum e muito propícia a lesar bens juridicamente protegidos. Debruçando-se sobre a posição do vício e do erro de interpretação implícitos ao negócio falaz sob escrutínio, a par dos encadeamentos jurídicos e sistémicos, o autor, com substrução na doutrina, na jurisprudência e numa análise de Direito Comparado, examinou o ordenamento jurídico português, trazendo à colação o brumoso enquadramento daquela conduta ao nível dos elementos objetivos e subjetivos de ilícitos criminais ou de ilícitos de mera ordenação social, definidos pelo sistema jurídico português, perorando pela não previsão de um preceito que a sancione convenientemente.

Escorregando por uma diversidade temática, os artigos publicados neste Anuário recaem sobre diferentes perspetivas da atividade policial sob um conspecto académico-científico, contribuindo para a identificação e edificação de novo conhecimento nas Ciências Policiais.

No lançamento do primeiro número desta nova publicação científica da Editora ICPOL do ISCPSI, não poderíamos deixar de aludir ao *motto* iluminista que, desde o seu exórdio, timonou este projeto: *sapere aude*¹ (Kant, 1784). Na verdade, esta máxima descreve, com singeleza e afinação, a provocação que arrojámos aos alunos universitários deste Instituto, na medida em que se propõe a despertar o interesse pela investigação científica, pela descoberta, construção e evolução do conhecimento, tendo por horizonte o prolífico domínio das Ciências Policiais. A consolidação e o aprofundamento da formação dos Oficiais de Polícia, ancorada na ciência, na ética e na legitimidade, afiguram-se propensas a incrementar apropinquações multilaterais às complexidades do serviço público que juraram prestar, através de uma conduta proativa, imparcial e humanista, com respeito pela diversidade de valores e saberes. E estes são, de modo genérico, os finos traços da coleção científica que ora dá os seus primeiros passos, sendo seguro que acolherá a participação de todos quantos queiram contribuir para o avanço e a divulgação das Ciências Policiais.

Encerramos, como não poderia deixar de ser, com a gratulação a toda a Equipa editorial do ICPOL do ISCPSI, que muito colaborou e acrescentou mais-valias a esta nova publicação científica, concretizando a benemerência do nosso lema: *Ad Orbem Per Scientia*².

Intendente Roberto Narciso Andrade Fernandes
Diretor do ICPOL e Doutorando em Relações Internacionais

Prof. Doutor Paulo Machado
Coordenador Científico do ICPOL

¹ “Atreva-se a conhecer” ou “ouse saber” (Kant, Immanuel, Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo, 1784, *in* A paz perpétua e outros opúsculos, 1990, Lisboa, Edições 70, tradução nossa).

² “Ao Mundo pela Ciência” (tradução nossa).